

ESCOLA E QUILOMBO, UM DIÁLOGO POSSIVEL? UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DA ESCOLA ESTADUAL MARIA DE ARRUDA MULLER/MATO GROSSO.

Augusta Eulália Ferreira

Resumo

Este artigo trata da implementação de Políticas Públicas para escolas em territórios quilombolas no estado de Mato Grosso. Essas escolas possuem uma configuração singular a partir da implementação da lei 11.645/08, que inclui no currículo oficial dos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Tenciona, ainda, prescrever o sentido desta escola específica e diferenciada e as relações estabelecidas entre os saberes locais atuais e os tradicionais. Apresento relatos a partir de entrevistas semi-abertas com gestores e professores que apontam a necessidade do debate em torno das Políticas Públicas para as Escolas Quilombolas do estado em favor do fortalecimento identitários e direitos territoriais dessas comunidades.

Palavras-Chave: Políticas Públicas, Educação Escolar Quilombola, Identidade.

1- Introdução

Este artigo apresenta aspectos referentes à implementação das Políticas Públicas voltadas a escolas inseridas em territórios quilombolas no estado de Mato Grosso. Tem o objetivo de identificar alguns elementos sudeadores quanto à implementação da Lei 11.645/08 incluindo no currículo oficial a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena como elemento central a ser desenvolvido nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio.

Este trabalho se baseia em resultados de entrevistas semiabertas realizadas com membros da Gerência de Diversidade/SEDUC, gestores e professores da Escola Maria de Arruda Muller, localizada na Comunidade Abolição, no Município de Santo Antônio de Leverger-MT. Esta comunidade, no seu contexto histórico-cultural, resgata os vínculos sociais e culturais, reconstruindo uma identidade que se encontra fragilizada por um processo de “apagamento” involuntário de sua identidade. As questões que permeiam esta pesquisa são: como estas escolas vêm se configurando no estado de Mato Grosso? Qual o papel destas no fortalecimento e participação dos sujeitos nos processos políticos, na afirmação de uma identidade, de pertença ao território e nas lutas por direitos enquanto grupo social?

Considerando os entraves ainda presentes para a efetivação integral da Lei 11.645/08, faz-se necessário recorrermos à história do Brasil, resgatando a inserção do negro e dos escravizados africanos no processo de colonização do país. Não se trata de analisarmos o processo específico da diáspora que se deu, com importação e a imposição do trabalho aos povos africanos, mas de como este processo, mesmo após a abolição da escravatura, ainda penalizou por séculos os chamados ‘libertos’ e seus descendentes.

Estes povos vêm se reafirmando e buscando, cada vez mais, o reconhecimento de seus direitos, a valorização de sua cultura, a afirmação de sua identidade e uma maior participação na sociedade envolvente. Legitimam-se através de políticas públicas, uma vez que elas são alvo de diferentes formas de discriminação e privação dos direitos humanos fundamentais.

Este texto está organizado em quatro partes. Na primeira fizemos um esclarecimento metodológico de como a pesquisa foi desenvolvida. Na segunda esboçamos uma análise teórica e histórica de como tem sido implementadas as políticas educacionais para os negros no geral e nos quilombos em particular. Na terceira parte, trazemos as entrevistas como resultado da pesquisa e na última, considerações do que foi tratado no texto como um todo, tendo como base estudos de Arruti (2009), Gomes (2009) Gomes (2005), Costa (2008), e

Amorim (2009) voltando o olhar para a comunidade Abolição, referência na construção do presente estudo.

2 - Esclarecimentos Metodológicos da Pesquisa

A pesquisa, realizada em 2013, partiu da definição de um problema e a formulação de uma pergunta: como vem se configurando as escolas inseridas em territórios quilombolas no Mato Grosso, com base na lei 11.645/08? A partir dela selecionamos como local da pesquisa a Escola Estadual Maria de Arruda Muller, que está localizada dentro da comunidade Abolição. Em seguida, definimos como sujeitos da pesquisa um membro da Secretaria de Educação; o Diretor da escola; a Coordenadora Pedagógica; o secretário e três professores. Logo, estabelecemos como instrumento de coleta de dados, o Roteiro das questões para as entrevistas a serem realizadas.

Após o desenvolvimento da entrevista, transcrevemos e registramos os dados obtidos que serão apresentados a seguir como resultado deste trabalho.

3 - Políticas Públicas para a Educação Escolar Quilombola no contexto matogrossense

As políticas públicas voltadas para as comunidades são fundamentais para reverter a situação de vulnerabilidade dessas comunidades, historicamente invisibilizadas e excluídas do acesso a seus direitos. Na década de 80, as mobilizações das comunidades quilombolas são recolocadas no cenário nacional, buscando garantir as especificidades das demandas da população negra no campo. Isso possibilitou colocar a problemática da população negra rural como questão nacional. Dentre as problemáticas que se apresentam são destacados o direito à educação e às especificidades da cultura quilombola (SEDUC-MT, 2010, P.105).

Garantir a educação nestes territórios onde vive parcela significativa da população brasileira, respeitando sua história e suas práticas culturais é pressuposto fundamental para uma educação antirracista. Assim, a implementação das políticas educacionais nas comunidades quilombolas deve considerar as especificidades desses territórios, para que as ações possam ter qualidade e especificidade na sua execução.

Os dados apresentados no livro Educação em Diálogo com a Diversidade mostram que o Estado de Mato Grosso, nos meados de 1800, possuía um percentual de 81,12% de população africana ou afro descendente, comprovando assim uma herança negra muito forte.

Esta presença massiva e escravista se fazia nas minas, nas produções das fazendas, nos trabalhos domésticos e trabalhos urbanos (SANTOS e SILVA, 2010, p. 84).

Atualmente, embora com pouca visibilidade perante os demais setores da sociedade, existem no estado 123 comunidades quilombolas identificadas pela Fundação Cultural Palmares, sendo 70 já certificadas (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2013). Assim como em outros Estados, as comunidades também se expressam em função da garantia de seus direitos sociais, acesso, e, permanência à terra, à educação, à saúde e outros, dentre os quais destacamos a educação.

Em consonância com a Lei 10.639/03 e com a implementação da Lei 11.645/08 que alterou a LDB (lei 9.394\96), incluindo as questões indígenas e negras no currículo da Educação Básica, o Estado de Mato Grosso também busca fazer o seu trajeto, a partir de reivindicações de grupos organizados no Estado em favor de uma educação para as relações etnicorraciais e quilombolas.

Em 2007, a Secretaria Estadual da Educação promoveu o primeiro seminário sobre educação escolar inserida em território quilombola, onde foram apresentadas as reivindicações referentes às necessidades das escolas, discutidos e evidenciados os elementos fundamentais referentes às especificidades da Educação Escolar no contexto quilombola, iniciando assim o processo de construção de uma nova modalidade de ensino no Mato Grosso (SANTOS, 2010, p.105).

No Plano Estadual de Educação (PNE), construído em 2006, transformado na Lei nº 8.806/08, a Educação Quilombola, pela primeira vez, surge num documento oficial do Estado, já se mencionando os desafios para o acesso à educação desse segmento social sinalizando para a especificidade da educação nos quilombos.

A Secretaria Estadual de Educação publicou em 2010 as Orientações Curriculares referentes às Diversidades Educacionais, constando dentre as diversas áreas, as orientações curriculares para a Educação Escolar Quilombola. Este material representa um avanço significativo no reconhecimento das especificidades desta escola mediante as políticas públicas educacionais por parte do Estado.

No entanto, apesar do empenho de grupos dedicados a esta questão no Estado, a luta em favor do reconhecimento desta escola como uma Modalidade Específica e Diferenciada de ensino se confronta com outros interesses governamentais paralelos, voltados para uma educação universalista, mercantilizada e eurocêntrica.

Como resultado das lutas de pessoas comprometidas, a Educação Escolar Quilombola na sua especificidade, vem se configurando no Estado em consonância com as Diretrizes e Orientações Curriculares Estaduais e Nacionais. A partir de 2006, com a Resolução 204/06 e o Parecer 234/06 (elaborado pelo Conselho Estadual de Educação do Mato Grosso), que trata das ações da lei 10.639/03 nas escolas de Mato Grosso, a SEDUC passou a ter uma linha norteadora no Sistema de Ensino no que se refere à Educação para as relações etnicorraciais de modo geral.

4 - Resultado da pesquisa

De acordo com os dados oficiais do Censo Escolar 2013, as escolas quilombolas vêm se configurando de modo específico no estado de Mato Grosso a partir de 35 escolas, sendo 30 municipais e cinco estaduais, conforme podemos observar na tabela 2:

Tabela 2 – Matrículas de Instituições Quilombolas em Mato Grosso. Portaria 1.280 de 27/12/13 - D.O.U 30/12/2013.

Município	Esc. Estadual	Esc. Municipal	Total de matrícula
Barra do Bugres	1	1	264
Nossa Senhora Livramento	1		190
Poconé		9	459
Porto Estrela		2	46
Santo Antonio de Leverger	1		611
Vila Bela da Santíssima Trindade	2	18	5780
Total	5	30	7350

Fonte: MEC/INEP/SEDUC-MT_Censo Escolar 2013.

Segundo o gestor da Gerência de Diversidade da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso, a partir de 2010 foram implementadas e ministradas em todas estas escolas do estado as três disciplinas específicas que compõem a área de conhecimento **Saberes e Ciências Quilombolas**, cujas disciplinas são: práticas em cultura e artesanato quilombola; prática em técnicas agrícolas quilombola e prática em tecnologia social quilombola. Estas disciplinas possibilitam o resgate de conhecimentos tradicionais das comunidades quilombolas e, segundo esse mesmo gestor, foram estudadas, analisadas pela gerência, depois validadas pelo Conselho Estadual de Educação.

Esta proposta de implementação das disciplinas específicas vem para fazer valer, de fato, o papel da Educação Escolar Quilombola, conforme é apresentado nas Orientações Curriculares para Educação Escolar Quilombola do Estado, cujo papel é:

[...] mediar o saber escolar com o saber local, advindo da ancestralidade que formou a cultura do segmento negro na África e no Brasil. Assim, o currículo deve garantir

os conhecimentos e saberes quilombolas, tratando sua própria história, formas de luta e resistência como fonte de afirmação da identidade nacional. As práticas pedagógicas junto à população quilombola devem propiciar a valorização da identidade negra e sua ancestralidade africana, através de um currículo que leve os(as) alunos(as) a identificar e conhecer suas origens. (MATO GROSSO, 2010, p. 11).

Ao tratarmos dos desafios, o gestor aponta que os maiores deles se referem à formação dos professores e professoras que atuam com estas disciplinas, “[...] é oferecer uma qualificação para esses profissionais pra que essas disciplinas sejam o diferencial, com perfil identitário, porque ela dá uma identidade pra um território quilombola, pra uma escola quilombola”.

O segundo desafio, destacado por esse protagonista, é a preparação de material próprio para estas escolas. Nesse sentido, a equipe de Gerência de Diversidade vem preparando alguns subsídios a partir da realidade das comunidades atendidas. Vale ressaltar que a gerência tem recebido materiais de algumas escolas a fim de produzir livros didáticos. “[...] a gente faz um feedback. É uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo que a gente leva materiais a gente recebe pra compilar e valorizar a cultura local.”.

Quando perguntamos sobre os avanços em relação às escolas quilombolas, o gestor ressalta que, estes se referem exatamente à efetivação das disciplinas específicas. Pois, “[...] ao mesmo tempo em que é um desafio, também se reconhece que a escola quilombola tem um perfil diferenciado da escola indígena e da escola do campo, mesmo ela estando no campo”.

Desde 2007, a Secretaria Estadual de Educação, através da Gerência de Diversidade, vem oferecendo cursos de formação continuada para todos os professores da rede de ensino, junto com o Núcleo de Estudos de Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (NEPRE-UFMT) e, também, com Núcleo de Estudos sobre Educação, Gênero, Raça e Alteridade (NEGRA) da Universidade Estadual de Mato Grosso. A partir destas parcerias, periodicamente são realizados os Cursos de capacitação.

Ao perguntar sobre a gestão das escolas, o referido gestor nos informa que todas as escolas quilombolas assumiram com responsabilidade os conteúdos de História e Cultura Negra no Brasil, no entanto, depende do comprometimento de cada um e cada uma com esta modalidade de ensino.

4.1 - A Escola Estadual Maria de Arruda Muller

Localizada na rodovia BR 364, quilômetro 353, próximo ao entroncamento do município de Barão de Melgaço, a escola que funciona na Comunidade Abolição, pertencente ao município de Santo Antônio de Leverger e está aproximadamente a 50 quilômetros de Cuiabá. A comunidade se encontra em processo de identificação do seu território quilombola, onde alguns moradores lutam pelo reconhecimento de sua identidade e seu direito à permanência na terra, considerando que atualmente grande parte dos moradores é oriunda de outros estados.

A Comunidade Abolição atualmente é composta por mineradoras, grandes fazendas, pequenas chácaras, igrejas, bares e aproximadamente 20 famílias que se identificam como quilombolas. Segundo o cadastro do INCRA, há mais de 113 famílias que possuem o direito à posse da terra na comunidade Abolição e que moram atualmente nas cidades em torno.

A Escola Estadual Maria de Arruda Muller funciona desde 1976 dentro da comunidade Abolição, especificamente dentro da fazenda Abolição. Pertencia administrativamente ao Município de Cuiabá e seu primeiro nome era “Escola Municipal Rural Mista de Abolição”. Em 1994, em homenagem à antiga professora e dona da fazenda, a escola passou a se chamar “Escola Municipal Maria de Arruda Muller”. No final de 2002 a escola foi estadualizada e passou a ficar sob a responsabilidade de Santo Antônio de Leverger, atendendo a treze comunidades e 600 estudantes. Até 2009 esta escola era atendida pelo departamento de Educação do Campo. A partir de 2010, graças à dedicação de alguns professores em trabalhos de pesquisa junto com estudantes, ela passou a compor o número de Escolas Quilombolas do estado e ser acompanhada pelo Departamento de Diversidade da SEDUC – MT.

Ao entrevistar os gestores e professores desta escola (diretor, coordenadora pedagógica e professores), seus relatos confirmam as conquistas, porém também apresentam os mesmos desafios elencados pelo gestor da Gerência de Diversidade.

A coordenadora Pedagógica (37 anos), moradora no município de Várzea Grande, está na função desde o início de 2013, afirma que antes a escola era considerada do campo e que passou a ser reconhecida como escola quilombola pelo fato de receber alunos remanescentes de quilombo. Segundo a Coordenadora, a escola vem oferecendo as três disciplinas específicas voltadas para os Saberes Quilombolas: Prática da Cultura e Artesanato, Prática Agrícola Quilombola e Prática da Tecnologia Social Quilombola.

Para a coordenadora, entretanto, como estas disciplinas são novas, os gestores ficaram sem saber direito como proceder no início. Mas com a formação oferecida para os professores

através da Secretaria, juntamente com os materiais didáticos que estão sendo utilizados em sala, os professores estão ao poucos se inserindo neste novo universo.

Quando perguntado se é importante a escola ser reconhecida como Quilombola, a coordenadora confirma que sim porque trata-se de “uma região de remanescente de quilombo”. Afirma ainda que a escola recebe alunos pertencentes á “famílias que antigamente trabalharam nas grandes fazendas dos Senhores de escravos”. Lembra que na escola há um fluxo de alunos em consequência de mudanças frequentes de funcionários nas fazendas, já que a maioria é de filhos de funcionários das fazendas próximas.

Já o diretor da escola pesquisada (48 anos), oriundo do Estado do Paraná, mora em Cuiabá e está há 2 anos no cargo, afirma ser necessário e urgente trabalhar a identidade da escola, pois na concepção dele essa identidade própria, ainda não existe.

Por onde começar? Não sabemos por que esta escola foi considerada quilombola. Ela é quilombola, mas nossos alunos não têm nada a ver com esta história, pois a maioria é composta de filhos dos funcionários das fazendas e das mineradoras da região. (M. S. em 08/02/2014).

Segundo o diretor, os moradores dizem que aquele lugar já foi um território quilombola, mas que hoje é habitado por outras pessoas, outro contexto. Para ele, a escola possui todas as características de escola rural. No entanto, como ela foi reconhecida como Quilombola, se faz necessário investir na formação de todos que compõe a escola, pois “sem identidade não podemos trabalhar”.

Percebe-se neste relato um desconhecimento da história e da cultura do local por parte da direção. Recorremos a Munanga ao reforçar que “a elaboração de uma identidade empresta seus materiais da história, da geografia, da biologia, das estruturas de produção e reprodução, da memória coletiva e dos fantasmas pessoais, dos aparelhos do poder, das revelações religiosas e das categorias culturais” (MUNANGA, 2003, p.03).

Segundo os dados do Projeto Político Pedagógico, a escola atende 600 alunos que veem de 13 comunidades num raio aproximadamente de 52 km. Há 6 ônibus que buscam e levam os alunos da escola para as suas respectivas comunidades.

A escola funciona em três turnos, oferecendo Ensino Fundamental de nove anos, Educação Especial, Ensino Médio Regular e EJA. A gestão é composta por: um gestor, Conselho Fiscal, duas coordenadoras pedagógicas, um secretário e 23 professores. Destes 23, apenas 6 são dos arredores da comunidade Abolição.

O secretário da escola, 33 anos, morador em Cuiabá, nesta função há 2 anos, ao ser indagado sobre o sentido daquela escola ser quilombola, lembra da antiga diretora que fez junto com os moradores um trabalho historiográfico e, a partir daí, iniciou-se os tramites em parceria com a secretaria da educação. No entanto, destaca que há muitos questionamentos por parte dos moradores e funcionários se a escola deve ser ou não reconhecida como quilombola. Ressalta que “uns aceitam outros não o termo quilombola para essa escola e que os alunos não possuem uma identidade quilombola”. Lembra em sua fala que a região foi reconhecida pela Fundação Palmares como território quilombola em 2005.

Já uma professora de 63 anos que leciona na escola desde sua fundação e moradora na comunidade Abolição desde 1983, tem muito orgulho de lembrar com detalhes todo o processo da escola desde o início. Lembra que deu aulas para todos os filhos de Dona Lica, uma senhora negra de 105 anos que faleceu recentemente (2014). Dona Lica nasceu, cresceu, criou seus filhos e trabalhou na comunidade Abolição junto com outras famílias negras em situação de escravidão na exploração do ouro e outros serviços. Dona Armezina conta fatos que caracterizam estas famílias como quilombolas, no entanto poucos deles se encontram residindo na região.

Ao perguntar sobre o sentido daquela escola ser quilombola, Dona Armezina considera que ela está em período de transição. Reafirma que muitos aceitam e outros não, no entanto justifica o fato de muitos não saber o que significa este termo. Para ela, deveria reunir a comunidade e conversarem mais sobre esse assunto para se informarem melhor. “[...] As pessoas daqui precisam saber o que quer dizer quilombola, porque aqui tem uma história, né. E nós não podemos deixar esta história morrer, por que aqui muitos nunca nem ouviram falar[...]”.

Dona Armezina verbaliza que se sente muito comprometida com a história deste lugar e principalmente como a história da escola, “porque, sendo povos que já fazem parte da história, uma história muito bonita, muito rica e nós fazemos parte desse povo... quer sim, quer não”. Aqui é válido ressaltar que Dona Armezina veio de Goiás na década de 70 acompanhando o marido que veio para trabalhar como peão na fazenda Abolição.

Leandro Batista é o professor que administra duas disciplinas na grade dos Saberes Quilombolas. Formado em Educação Física, morador em Cuiabá e trabalha há 1 ano na escola. Batista confirma que as disciplinas estão inseridas na grade curricular, vem sendo

administradas, porém, ressalta a carência de professores habilitados para estas disciplinas. Ao ser indagado sobre os desafios destas disciplinas ele responde que:

não encontramos incentivo da parte dos governantes políticos, falta de material didático livros, revistas, câmera para fazermos filmagens, entrevistas; Falta de tempo tendo em vista que é só uma aula por semana, dificultando desenvolver um trabalho mais aprofundado, e também falta de interesse da comunidade, pois a mesma não aceita que a comunidade seja considerada quilombola. Porém estamos ansiosos para trabalharmos com as disciplinas em 2014, pois estamos elaborando vários projetos no qual juntamente com os alunos desenvolveremos na comunidade escolar” (Entrevista, 2013).

Com relação aos avanços, Batista cita o despertar do interesse dos alunos pelo assunto durante o processo de desenvolvimento das aulas. Considera que “a inclusão destas disciplinas na grade curricular foi um passo importante que contribuirá para continuidade de ações significativas em práticas de cidadania”.

As falas acima revelam que é necessário um trabalho mais articulado no sentido de que, sendo uma escola quilombola, com alunos quilombolas, a educação seja pensada a partir deles e com eles, considerando suas especificidades e o que lhes caracteriza como uma comunidade. “A elaboração de uma identidade empresta seus materiais da história, da geografia, da biologia, das estruturas de produção e reprodução, da memória coletiva e dos fantasmas pessoais, dos aparelhos do poder, das revelações religiosas e das categorias culturais” (MUNANGA, 2003, p. 03).

Nesse sentido, a efetivação da educação quilombola na Escola Maria de Arruda Muller, deveria partir do que a caracteriza, o que a faz própria, seus traços culturais, sua história, o que esperam de uma educação escolar possível, a partir da articulação e participação efetiva dos membros da comunidade, na construção desta educação. Na contramão de uma construção exclusivista ou excludente dos ‘não-quilombolas’, esta perspectiva de uma escola a partir da comunidade é também importante para os outros alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois receberam uma educação envenenada pelos preconceitos, tendo suas estruturas psíquicas afetadas, como diz Munanga (2005, p. 16).

Ao aprofundar, portanto, a história e características da Comunidade Abolição, abre-se a possibilidade para que os próprios alunos, professores e direção da escola, além de conhecer, possam valorizar o espaço no qual se inserem, o que contribuirá, ao mesmo tempo, para a desconstrução do preconceito. Sobre o assunto, Castilho pondera:

Não seria indispensável aos professores tomar posse da história da comunidade, de sua origem para lançar um olhar positivo sobre a cultura de tradição africana; sobre a história e cultura afro-brasileira e sobre a participação importante do negro na construção e manutenção do Brasil? [...] Não seria oportuno lançar mão de metodologia que valorizasse o rico patrimônio cultural da comunidade, com seus fazeres muito próprios e, a partir daí, ampliar os fatos culturais, sociais, raciais e políticos que envolvem as vidas dos alunos? (CASTILHO, 2011, p. 174)

Podemos afirmar que não só é indispensável, mas que esta construção, desenhada por Castilho, deve envolver, para além dos professores, toda a comunidade escolar.

5 - Considerações Finais

Com base nos aspectos aqui apontados, permanecem ainda algumas questões: o que garantiria de fato a efetivação de uma política pública voltada para uma educação escolar inserida em território quilombola, a partir do que as leis preconizam? As ações governamentais apontam para a consonância com a lei 10639\03 em políticas públicas de Estado ou ela se configura apenas em programas específicos e soluções pontuais?

Considerando os avanços acima apresentados, podemos afirmar que a garantia de que as políticas públicas – e nelas a educação quilombola – sejam efetivadas, passa pela contínua participação e envolvimento de pessoas de fato comprometidas com uma educação para a diversidade, enquanto fiscalizador e principal agente nos territórios onde a política deve se materializar.

A expressão desta busca na Escola Maria de Arruda Muller e dentro da Comunidade Abolição, deve passar pelo aprofundamento do papel desta escola no contexto da própria luta da comunidade por seu território. Se a comunidade, a partir do contexto de luta reivindicatória, vem revitalizando seus vínculos sociais e culturais e reconstruindo uma identidade que até então se encontrava fragilizada, a escola e seus profissionais podem e devem contribuir na construção deste espaço privilegiado para esta reafirmação. Este é o sentido desta escola ser quilombola.

Parafraseando a professora Armezina, este processo passa pela compreensão das pessoas da comunidade acerca do sentido que possa consistir aquilo que seja o significado da expressão quilombola, do resgate da história da comunidade Abolição, visto que muitos a desconhecem. Isso passa pela formação dos profissionais que atuam na escola, mas também pela maior conexão entre a dinâmica escolar e as perspectivas expressas na luta territorial quilombola.

Referências

ARRUTI, José Maurício. Políticas Públicas para quilombos: terra educação e saúde. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (Org.). Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação, Heinrich Boll, ActionAid, 2009, p. 75-110.

BRASÍLIA. Conferência Nacional De Educação (CONAE). Documento final. MEC, SEA, 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC, 2010.

_____. Ministério da Educação. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), Brasília, DF, 2011.

_____. Orientações e ações para a Educação das Relações Etnicorraciais. Brasília: MEC/Secad, 2006.

_____. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola: algumas informações, Brasília, DF/ 2011.

_____. Resolução Nº 2, de 28 de abril: Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, Brasília, DF, 2008.

CASTILHO, Suely Dulce de. Quilombo Contemporâneo: educação, família e culturas. Cuiabá: EDUFMT, 2011.

COUTINHO, Ilmara Valois Bacelar. Histórias de Leitura, Trajetórias de Vida: um olhar reflexivo sobre memórias leitoras quilombolas. UFBA, 2009.

MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais. Cuiabá: Defanti. 2010.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Orientações Curriculares para a Educação Básica do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: SEDUC, 2009/2010.

_____ Conselho Estadual de Educação. Orientações sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Parecer CEE 234/2006.

MUNANGA, Kabengele (Org). Superando o Racismo na Escola. Ministério da Educação. Brasília-DF. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, Suely Noronha de. Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola: O caso da Bahia e o contexto nacional. PUCRJ, 2013.

SANTOS, Ângela Maria dos Santos; SILVA, João Bosco (Org.). Educação em diálogos com a diversidade. Cuiabá: KCM Editora, 2010.